



**TERMO DE CREDENCIAMENTO
CONTRATO Nº 06/2019**

“TERMO DE CREDENCIAMENTO REFERENTE AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2019, PARA ARRECAÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS E DEMAIS RECEITAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CANGUÇU E BANCO DO BRASIL S.A. NOS TERMOS E CONDIÇÕES A SEGUIR”:

Pelo presente instrumento o Município de Canguçu, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Dr. Francisco Carlos dos Santos, 240, inscrito no CNPJ sob o nº 88.861.430/0001-49, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Marcus Vinicius Muller Pegoraro, brasileiro, solteiro, residente a Rua João de Deus Nunes, 405, em Canguçu - RS, doravante denominado simplesmente de CREDENCIANTE, e **BANCO DO BRASIL S.A**, inscrito no CNPJ nº 00.000.000/0001-91, estabelecido na Rua Q Saun Quadra 5 lote B, torres I, II e III, s/nº na cidade de Brasília, neste ato representado por seu representante legal Sra. Adriana Ely Machado, brasileira, portadora da cédula de identidade nº 7004307224, residente e domiciliada na Rua Julio de Castilhos 1183, Canguçu/RS doravante denominado simplesmente CREDENCIADA, acordam celebrar o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente Termo de Credenciamento tem por objeto a execução da prestação de serviços especializados na área de cobrança bancária, objetivando a arrecadação de tributos e demais receitas públicas do Município e respectiva prestação de contas, por meio magnético ou mediante a entrega física dos documentos, dos valores arrecadados, conforme os termos deste contrato.

A CREDENCIADA deverá atender os contribuintes em estabelecimento próprio e estarem estabelecidos no Município de Canguçu, RS.

A CREDENCIANTE providenciará a emissão e remessa dos documentos de arrecadação aos contribuintes.

CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME DE EXECUÇÃO

A CREDENCIADA deverá:

A - Efetuar a cobrança de tributos municipais e demais receitas públicas do Município de Canguçu e respectiva prestação de contas dos valores arrecadados, por meio magnético ou mediante a entrega física dos documentos e/ou outra forma desde acordado previamente com o setor de cadastro e tributação.

B - Atender aos contribuintes em estabelecimento próprio e estar estabelecido no Município de Canguçu, RS.

C - Receber contas, tributos e demais receitas devidas, cujos vencimentos recaírem em dias que não houver expediente bancário, no primeiro dia útil subsequente, sem cobrança de quaisquer acréscimos ao contribuinte e/ou município.

D - Repassar os valores arrecadados até o segundo dia útil após a data do recebimento, que deverá ser efetuado através de crédito em conta específica criada pelo município em Instituição Pública, com o nº **50.057.7 Agência 0617-3** Canguçu/RS.

d.1– O produto da arrecadação diária não repassado no prazo determinado na letra “D”, sujeitará a CREDENCIADA a remunerar o Município desde a data do recebimento até o dia de efetivo repasse, com base na variação da Taxa Referencial de Títulos Federais.

d.2 – Divergências no valor arrecadado, a Prefeitura encaminhará comparativo da arrecadação mostrando a diferença arrecadada para crédito na conta do contrato, salvo se a Instituição comprovar que o erro não foi ocasionado por seus procedimentos.

d.3 – Valores arrecadados a maior serão contabilizados a parte com apuração diária.

E - Os documentos arrecadados ou o meio magnético serão colocados à disposição do Município até o segundo dia útil após a arrecadação.

F - A CREDENCIADA deve manter a disposição do CREDENCIANTE, a documentação da arrecadação pelo período de 05 (cinco) anos contados a partir da data do recebimento do mesmo, para averiguação.

G - A CREDENCIADA fica autorizada a receber somente cheques de emissão do próprio contribuinte para quitação dos tributos, desde que sejam de valor igual ao documento de arrecadação e com vinculação ao pagamento, mediante anotação em seu verso. Se houver cheque não honrado, o mesmo será deduzido imediatamente do repasse a ser efetuado, sendo o referido cheque encaminhado ao Município, capeado pelo respectivo aviso de débito.



CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

Pela prestação dos serviços de arrecadação, objeto deste Termo de Credenciamento, a CREDENCIANTE pagará a CREDENCIADA tarifa nas seguintes bases:

a – R\$ 2,10 (Dois reais e dez Centavos) por recebimento de documento com código de barras padrão FEBRABAN e prestação de contas através de meio magnético.

CLÁUSULA QUARTA – FORMA DE PAGAMENTO

Os serviços prestados serão pagos até o 5º dia do mês subsequente a sua execução, mediante a apresentação da nota fiscal e/ou extrato bancário comprovando a execução dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente pacto vigorará pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, até o máximo de 60 (sessenta) meses, mediante termo aditivo e consensual se a administração achar conveniente. Se houver prorrogação deste Termo de Credenciamento, será usado como indexador o índice do IPCA anual.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

A(S) CREDENCIADA(S) obriga(m)-se:

I - Executar os serviços em conformidade com o este termo de credenciamento.

II - Arcar com encargos trabalhistas, fiscais, previdenciárias, comerciais, embalagens, fretes, tarifas, seguros, descarga, transporte, tributárias, material, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre os serviços.

II a. Sub entende-se por encargos, referentes à proposta, os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e para-fiscais, emolumentos, fornecimento de mão de obra especializada, os instituídos por leis sociais, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material, de pessoal, estadia, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessórios e/ou necessárias, não especificadas neste contrato.

III - Cumprir fielmente o termo de credenciamento, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

IV - Prestar informações sobre os serviços.

V - Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução do termo de credenciamento e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE

Compete a CREDENCIANTE:

I - Efetuar o pagamento para a CREDENCIADA, conforme previsto neste termo de credenciamento.

II - Providenciar a emissão e remessa dos documentos de arrecadação aos contribuintes.

CLAUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

A CREDENCIANTE, no uso das prerrogativas que lhe confere o inciso IV, do Art. 58 e 87, incisos I, II, III, IV e §1º ao §3º da Lei Federal nº 8666/93 e alterações, aplicará sanções, se houver descumprimento com o disposto no presente termo de credenciamento.

Na ocorrência de uma ou mais das situações abaixo relacionadas, será aplicada, à CREDENCIADA, multa na razão de 10% (dez) por cento, calculado sobre o valor mensal dos serviços prestados, juntamente com advertência até a efetiva regularização da situação, sendo que o prazo para a regularização será de no mínimo 2 (dois) dias úteis e no máximo 8 (oito) dias úteis, conforme cada caso, após esse prazo, o termo de credenciamento será rescindido, sendo aplicada a pena prevista no inciso III, do Artigo 87, da Lei 8666/93 e alterações, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses:

I - Recusa injustificada em proceder ao início dos trabalhos, num prazo de até 10 (dez) dias contados da assinatura do termo de credenciamento.

II - No caso de suspensão ou paralisação dos serviços sem motivos justificados.

III – O descumprimento total ou parcial de toda ou qualquer obrigação assumida através do presente termo de credenciamento.

VI - Não repassar os valores arrecadados até o segundo dia útil após a data do recebimento, que deverá ser efetuado através de crédito em conta específica do Convênio com a Instituição.

A CREDENCIANTE, para garantir o fiel pagamento das multas, reserva-se o direito de reter o valor contra qualquer crédito gerado pela CREDENCIADA, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial.

As penalidades previstas serão aplicadas sem prejuízos das cominações estabelecidas na Lei 8.666/93, de 21/06/93 e alterações introduzidas na Lei 8.883 de 08/06/94.



CLÁUSULA NONA - DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E MULTAS

No caso de incidência de uma das situações previstas na Cláusula Nona, a CREDENCIANTE, notificará a(s) CREDENCIADA(S), para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento desta, justificar por escrito os motivos do inadimplemento.

Pela inexecução total ou parcial do Termo de Credenciamento, a CREDENCIANTE poderá, depois de garantida a prévia defesa, aplicar à CREDENCIADA as seguintes sanções, conforme o artigo 87 da Lei 8.666/93:

a. Advertência.

b. Multa de 10% (dez) por cento sobre o valor mensal do termo de credenciamento, em caso de inadimplemento de qualquer cláusula deste, dobrável em caso de reincidência.

c. Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com esta municipalidade por um período não superior a 2 (dois) anos.

d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a empresa penalizada ressarcir a contratante pelos prejuízos resultantes após o prazo da sanção aplicada, com base na letra "c" desta cláusula.

As multas deverão ser recolhidas dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da correspondente notificação, ou descontada do pagamento, ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a(s) outra(s).

CLÁUSULA DÉCIMA - DA CREDENCIADA

A CREDENCIANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, decorrentes da execução do presente instrumento, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente a CREDENCIADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CASOS OMISSOS E LEI REGRADORA

O presente termo de credenciamento reger-se-á pelo Edital de Chamamento Público nº 01/2019 e pela Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94 e demais subseqüentes, as quais, juntamente com normas de direito público, resolverão os casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO

Fica vinculado o presente instrumento ao termo do Edital de chamamento público nº 01/2019 e que com seus ANEXOS integra-se este termo de credenciamento, independente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO

A CREDENCIADA, em caso de rescisão administrativa, reconhece todos os direitos da Administração, consoante prevê o artigo 77 e 78 da lei vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA LEI REGRADORA

O presente termo de credenciamento reger-se-á pela Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, as quais, juntamente com normas de direito público, resolverão os casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - RESCISÃO CONTRATUAL

São motivos de rescisão do Termo de Credenciamento, independente de procedimento judicial, aqueles inscritos no Artigo 78 da lei regente, acrescidos do seguinte:

a - Mediante acordo expresso, e firmado pelas partes, após um aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência de 60 (sessenta) dias pelo interessado.

b - Unilateralmente pela CREDENCIANTE, em qualquer tempo, independente de interpelação ou procedimento judicial ou extrajudicial, caso a CREDENCIADA:

b.1 ceda ou transfira, no todo ou em parte, o objeto deste ou deleguem a outrem as incumbências, as obrigações nele consignadas, sem prévia e expressa autorização da CREDENCIANTE.

b.2 – venha a agir com dolo, culpa simulação ou em fraude na execução dos serviços.

b.3 – quando pela reiteração de impugnação dos serviços ficar evidenciada a incapacidade da credenciada para dar execução satisfatória ao termo de Credenciamento.

b.4 – venha a falir, entrar em concordata, liquidação ou dissolução.

b.5 – reiterada desobediência dos preceitos estabelecidos.

b.6 – falta grave a juízo do Município.

b.7 – abandono total ou parcial do serviço.



b.8 – não dar início as atividades no prazo previsto.

b.9 – quando ocorrerem razões e interesse público e/ou na ocorrência de qualquer das disposições elencadas na Lei 8.666/93 e alterações.

b.10 – rescisão, em conformidade com o art. 78 e parágrafos, da Lei 8666/93 e posteriores alterações.

b.11 – descumprimento, pela CREDENCIADA, das penalidades impostas pela CREDENCIANTE.

b.12 – prestação dos serviços de forma inadequada.

Parágrafo Único – Havendo rescisão contratual, a CREDENCIANTE pagará a CREDENCIADA, o numerário equivalente aos serviços efetivamente realizados no valor avençado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

Fica responsável pela fiscalização deste contrato o servidor efetivo Alessandro Fonseca da Silva (Tesoureiro – matrícula 8175-2) nomeado através da Portaria nº 032/2019.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Canguçu para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, ressalvada a competência da Justiça Federal conforme previsto no art. 109 inciso 1º da Constituição Federal.

E, por estarem assim acertados, firmam o presente instrumento em quatro (04) vias de igual teor e forma, ante duas testemunhas presenciais, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus sucessores.

Canguçu, 04 de Fevereiro de 2019.

MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO
PREFEITO MUNICIPAL

BANCO DO BRASIL S. A.
CONTRATADA

TESTEMUNHAS

NOME: _____ NOME: _____
CPF: _____ CPF: _____